

GOVERNANÇA CLIMÁTICA E O PAPEL ESTRATÉGICO DO LEGISLATIVO NO BRASIL DA COP 30

O Comitê ESG Público da Rede Governança Brasil (RGB), apresenta sua contribuição à Audiência Pública 'Governança Climática: Desafios do Poder Legislativo em ano de COP 30 no Brasil', realizada no âmbito da Vª Conferência Nacional de Sustentabilidade no Poder Legislativo.

A Governança como Pilar da Implementação ESG no Setor Público

A adoção dos critérios ESG (Ambiental, Social e Governança) nas instituições públicas não pode prescindir de estruturas de governança sólidas e funcionais.

Recomendações do Comitê ESG Público da RGB

1- Criação de Câmaras Técnicas de Governança Climática no Poder Legislativo

Objetivo: Instituir espaços permanentes, técnicos e intersetoriais de assessoramento e articulação institucional sobre temas climáticos dentro das casas legislativas.

Justificativa:

- Os parlamentos carecem de estruturas internas para tratar de forma estratégica os temas ligados à crise climática.
- A câmara técnica atuaria como instância consultiva, com capacidade de articular demandas sociais, análises técnicas e proposições legislativas.

Proposta prática:

- Composição multipartite: técnicos do legislativo, representantes da sociedade civil, universidades, agências de planejamento e meio ambiente.
- Funções: acompanhar a legislação climática, apoiar relatorias, sugerir emendas climáticas em PLs e fiscalizar metas de adaptação e mitigação.
- Possibilidade de articulação nacional com o Observatório do Clima, ICLEI, RGB, entre outros.

2. Inclusão da Variável Climática nos Projetos de Lei Orçamentária (LOA) e Plano Plurianual (PPA)

Objetivo: Assegurar que as ações de mitigação e adaptação climática estejam expressas como prioridades estratégicas e orçamentárias nos instrumentos de planejamento público.

Justificativa:

- A maioria dos PPAs e LOAs ainda desconsidera os impactos climáticos sobre infraestrutura, saúde, habitação e segurança alimentar.
- Incorporar o risco climático aos planejamentos é pré-condição para acessar recursos nacionais e internacionais.

Proposta prática:

- Determinar que seja exigido nos projetos de lei, estudos de risco climático e critérios ESG no planejamento de obras públicas, saneamento, habitação e mobilidade urbana.
- Inserir metas de redução de emissões, eficiência energética, resiliência hídrica e segurança territorial.
- Criar Programas Temáticos Transversais no PPA, como “Adaptação Climática” e “Transição Justa”.

3. Ampliação da Formação de Quadros Públicos em ESG

Objetivo: Capacitar servidores, parlamentares e assessores técnicos das casas legislativas para atuarem com critérios ESG, especialmente no que tange à governança climática.

Justificativa:

- A ausência de conhecimento técnico sobre a Agenda ESG limita a proposição, tramitação e implementação de políticas públicas sustentáveis.
- A formação contínua fortalece a integridade, a efetividade e a inovação nos parlamentos.

Proposta prática:

- Lançamento de trilhas formativas em parceria com Escolas do Legislativo, Escolas de Governo e a RGB.
- Criação de uma Plataforma Nacional de Capacitação em ESG no Setor Público, com cursos apoiados pela RGB e entidades parceiras.

Considerações Finais

A realização da Vª Conferência Nacional de Sustentabilidade no Poder Legislativo e a participação da Rede Governança Brasil nesta audiência pública reforçam o entendimento de que não há sustentabilidade sem governança. O fortalecimento da governança climática, em especial no parlamento, é condição fundamental para que o Brasil cumpra com responsabilidade o papel de anfitrião da COP 30.

Rede Governança Brasil – RGB

Comitê ESG Público

Leene Marques – Coordenadora

Jundiaí, maio de 2025